

PAS — o debate que faltava

GAZETA MERCANTIL

Saúde

1 JUN 1995

Ao decidir implantar o Plano de Atendimento à Saúde (PAS) por meio de projeto de lei a ser submetido à Câmara Municipal e não mais por decreto, como era sua intenção inicial, o prefeito Paulo Maluf tomou a melhor decisão no caso. As dúvidas e controvérsias levantadas pelo PAS, que não se limitaram aos meios opositoristas, recomendavam mesmo que o prefeito agisse com maior cautela, até para não invalidar a idéia central do plano — uma forma de terceirização da saúde — que em princípio é boa.

Uma liminar da Justiça, proibindo a Prefeitura de continuar cadastrando os moradores para poder levar adiante o plano, ajudou Maluf a ser menos precipitado. O PAS, como se recorda, prevê que a assistência médica a cargo do município será feita por cooperativas formadas por médicos, enfermeiros, administradores hospitalares e outros profissionais da rede pública. Para serem atendidas, as pessoas terão de ser cadastradas e, para cada uma delas, a Prefeitura deverá pagar mensalmente à cooperativa uma taxa de R\$ 10,00. Com aquela decisão judicial, o plano ficou paralisado e o prefeito não tinha muitas opções além dessa que adotou, de submeter o problema aos vereadores.

Durante a tramitação do projeto, haverá tempo suficiente para resolver os problemas levantados pela versão original do PAS. Por exemplo, vereadores da oposição e algumas entidades médicas, cuja seriedade está fora de dúvida, alegam que, ao limitar o atendimento — salvo em casos de emergência — às pessoas cadastradas, o PAS estaria ferindo o princípio constitucional do atendimento universal, pelo qual todo cidadão tem o direito de receber cuidados em qualquer ponto da rede pública.

Opositores mais radicais do prefeito levantam a suspeita de que ele estaria, com esse plano, preparando a

privatização da rede pública municipal de saúde. Outros, que acham correta a idéia central do PAS, chamam a atenção para problemas como a falta de experiência gerencial dos que devem compor as cooperativas — médicos e enfermeiros, por exemplo, acostumados ao serviço público —, o que pode comprometer o seu desempenho. Além disso, um dos princípios básicos das cooperativas e que em grande parte explica seu êxito — a adesão espontânea — não existiria nesse caso, pois médicos e enfermeiros seriam induzidos a aderir a elas por falta de opção profissional.

Como já assinalamos aqui, o principal erro do prefeito foi não submeter o PAS a uma discussão a mais ampla possível, com a participação de todos os interessados. Um projeto ambicioso como esse — que, além de inovador, mexe com a estrutura de saúde da maior cidade do País — não admite a precipitação, por melhores que sejam as intenções e as idéias de seus formuladores. O envio da questão à Câmara Municipal vai possibilitar o debate que estava faltando.

A solução que acaba de ser dada ao problema das Operações Interligadas, por meio de acordo com a oposição — a decisão sobre elas fica com o Executivo como queria Maluf, mas estabelecem-se regras e critérios rígidos para sua aprovação —, é uma prova de que, sobretudo em questões delicadas e controvertidas, os vereadores têm uma importante contribuição a dar.

Com o projeto do PAS pode acontecer a mesma coisa. Nos próximos meses, os vereadores podem convocar os profissionais diretamente envolvidos, assim como as entidades médicas, para manifestar seus pontos de vista. Essa é a melhor maneira de não pôr a perder uma idéia — a da terceirização dos serviços de saúde do município — que, se bem elaborada, com os necessários cuidados, pode trazer grandes benefícios aos paulistanos.